



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9681 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

**AVANÇOS NA CORROSÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: ATESTADOS POR
PROFESSORES TEMPORÁRIOS E PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Selma Borghi Venco - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESP

AVANÇOS NA CORROSÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: ATESTADOS POR PROFESSORES TEMPORÁRIOS E PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Resumo

São analisados dois elementos constitutivos das políticas educacionais brasileiras: precariedade nas relações de trabalho de docentes da educação básica e a privatização, expressos em cinco redes de ensino de governos subnacionais, representantes de cada região geográfica do Brasil. Apoia-se em pesquisa documental para o período 2011 a 2018. Constata-se a inexistência de vínculos entre desigualdade social, mais ou menos expressiva, e a adoção de políticas que corroem a educação pública, ao contrário, as dimensões investigadas indicam um padrão perseguido pelos estados focalizados, como forma de expressão da lógica neoliberal e a primazia da racionalidade econômica na educação.

Palavras-chave: privatização; precariedade; política educacional no Brasil.

Introdução

A presente comunicação resulta de pesquisas documentais em andamento[1] e visa discutir as formas de contratação de docentes e a incidência de atores privados na educação estadual, identificadas em cinco entes federados de cada região geográfica do país: Pará, Piauí, Distrito Federal, Minas Gerais e Santa Catarina.

A despeito das pesquisas serem de caráter nacional, foram selecionados os estados e Distrito Federal que interseccionaram dois fenômenos da política educacional: quantias mais elevadas de contratos de trabalho precários e de atores privados incidindo sobre a educação ofertada. Os procedimentos metodológicos concentraram-se: a) na sistematização dos microdados do Censo Educacional, realizado pelo INEP/MEC, no período compreendido entre 2011 - posto ser esse o ano de início da coleta da informação sobre os vínculos empregatícios de docentes, os quais são classificados no Censo em concursado, terceirizado, CLT e temporários - e 2018, ano final dos mandatos dos governadores nos respectivos estados; e b) na sistematização de dados derivados de pesquisa em páginas web institucionais de organizações privadas e de governos estaduais que implantaram programas educacionais elaborados ou operados por tais atores privados.

Para o entendimento da corrosão da educação pública, tal como aqui considerado, acionou-se mais diretamente duas categorias analíticas, quais sejam: a primeira, concernente à precariedade nas relações de trabalho, acompanha a concepção desenvolvida por Rodgers (1989) e pela literatura francesa (CASTEL, 1995; LINHART, 2009) que compreende os contratos de trabalho temporários, instáveis como geradores de uma condição de vida vulnerável em termos sociais e econômicos. Na situação, aqui abordada, refere-se às admissões feitas de maneira distinta às previstas na Constituição Federal, de 1988, em particular no artigo 37 que estabelece o ingresso em cargo ou emprego público, via concurso público. A segunda refere-se ao sentido e ao escopo atribuídos à privatização da educação, apoiando-nos em Belfield e Levin (2002) E Whitfield (2006), autores que entendem a privatização como processo de transferência de ativos – incluindo os de propriedade intelectual - e de responsabilidades sobre a educação a atores privados – mesmo para as famílias^[2]. Tais processos podem ocorrer por meio da mercantilização, da desregulamentação ou da liberalização da educação.

Por fim, adota-se o enquadramento analítico relativo à materialização da privatização da educação obrigatória no Brasil, para quem as diferentes formas de privatização incidem sobre três dimensões da política educativa: oferta educativa, gestão da educação e o currículo escolar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha dos cinco sistemas subnacionais de educação derivou de dois critérios: a representação das cinco regiões do país e a seleção entre os Estados/Distrito em cada região, do sistema estadual que, no período, apresentou a maior quantidade de programas implementados ou operados por atores privados e a maior desregulamentação nos contratos de trabalho de seus professores: Piauí (PI), Pará (PA), Minas Gerais (MG), Santa Catarina (SC) e do Distrito Federal (DF).

Os dados resultaram de pesquisa em fontes documentais primárias^[3] disponíveis nas páginas Web institucionais dos governos e das organizações privadas.

A estas informações somaram-se dados sobre: número de matrículas, desempenho dos sistemas de ensino e as formas de contratação dos professores disponíveis nos microdados do Censo Educacional para a educação básica regular, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação.

As redes de ensino selecionadas

Com vistas a averiguar as condições que pudessem *ex ante* explicar, ao menos em parte, as opções realizadas pelos governos dos estados adeptos às políticas aqui focalizadas, procedeu-se ao levantamento dos valores relativos ao Produto Interno Bruto *per capita* e renda *per capita*. Todavia, esses não se revelaram fatores de distinção na adesão às políticas mais privatistas e promotoras de contratos precários.

As Tabelas 1 e 2, os quatro estados (MG, PA, PI e SC) e o DF apresentam dados díspares e, portanto, não se pode afirmar que haja relação entre maior ou menor riqueza e ou renda média.

Tabela 1 - Valor Nominal do PIB, *Per Capita*, 2011 e 2018 (em R\$- nominais)* Entes federados selecionados.

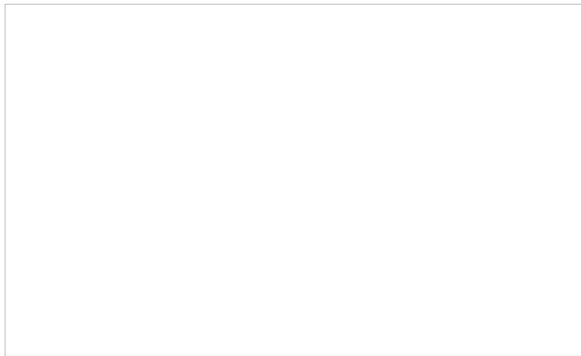
Entes Federados	2011	2018
-----------------	------	------

BRASIL	22.748,72	33.593,82
DF	59.221,87	85.661,30
SC	27.555,30	42.149,30
MG	20.281,35	28.223,20
PA	12,838,60	18.952,21
PI	8.260,70	15.432,00

Fonte: IBGE, 2011 e 2018. Elaboração própria* US\$1,00= R\$5,22.(jun/2021)

Os gráficos 1 e 2 indicam a proporção de oferta educacional pelas redes estaduais/distrital e privada. Referente às matrículas no ensino fundamental, percebe-se dois movimentos no intervalo de tempo considerado: a redução das matrículas no Piauí, Minas Gerais e, ainda que ligeiro, também em Santa Catarina.

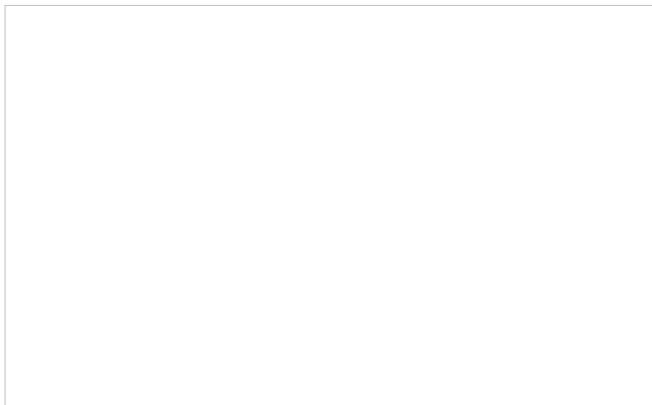
Gráfico 1 – Matrículas no ensino fundamental, redes estadual e privada - 2011 e 2018 (nº abs)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado própria.

Sobre as matrículas no EM, (Gráfico 2), observa-se redução mais significativa em Minas Gerais e Piauí, nas duas esferas administrativas.

Gráfico 2 – Matrículas no Ensino Médio, redes estadual e privada – 2011 e 2018 (nº abs)



Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado própria.

Os gráficos reafirmam a prevalência da oferta pública sobre a privada, nos Ensinos Fundamental e Médio, âmbitos de atuação dos governos estaduais. Indica ainda uma correlação entre renda per capita e matrícula em escolas privadas.

No que diz respeito à privatização da oferta educacional, agora sob a forma de programas e ações implantados nas escolas estaduais por atores privados - especialmente sob a forma de atividades escolares no contra turno para ampliação da jornada escolar, aulas de idiomas e convênios com escolas privadas - os dados da Tabela 2 indicam que, no período, 32 diferentes iniciativas dessa natureza foram implantadas no conjunto dos estados aqui analisados, com destaque para a concentração nos dois extremos: o Piauí, o estado mais pobre, e Distrito Federal, o mais rico entre eles.

Tabela 2 – Quantidade Programas para a educação operados por atores privados, segundo ente federado e dimensão da privatização - 2011-2018 (nºabs)

Dimensão	Gestão	Currículo	Oferta	Mais de uma dimensão	Total
Região/					
Ente federado					
Norte/Pará	7	13	3	8	31
Nordeste/Piauí	3	25	13	4	45
Sudeste/ Minas Gerais	6	41	3	1	51
Centro-Oeste/ Distrito Federal	0	14	12	2	28
Sul/Santa Catarina	4	26	1	2	33
Total	20	119	32	17	188

Fonte: Secretarias Estaduais. Elaboração própria, 2021

A tabela 2 chama a atenção para os sistemas de ensino do Pará e Minas Gerais dado o volume de programas que transferem atividades decisórias do âmbito governamental para atores privados. No Pará, 28 diferentes atores privados incidiram sobre educação estadual, em sua maioria de base empresarial.

No Distrito Federal, constam 27 programas com prevalência na dimensão “oferta”, seguida do “currículo”. Entre 2011 e 2018 a maioria de natureza assistencial (14) seguidos por 6 organizações associadas ao campo empresarial, mas com destaque à presença da Unesco nas ações (SOUSA, 2021).

No Piauí foram levantados 45 diferentes programas operados principalmente por dez organizações de base empresarial (fundações, institutos ou ONG), com destaque para a Fundação Lemann, que apoiava 4 programas no período.

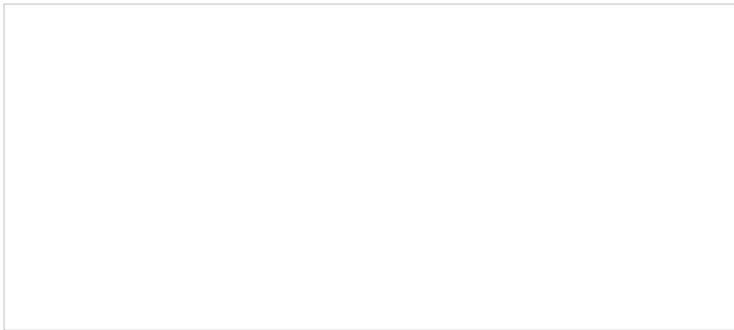
E, por fim, em Santa Catarina, são 33 programas, 26 relativos à dimensão do currículo, prevalecendo empresas (oito) e associações de base empresarial: 12 fundações/ institutos e 4 organizações patronais, concentrados na dimensão do currículo (autor, 2021). Destaque para a implantação de programas associados aos Institutos Ayrtton Senna e Natura.

Concomitantemente à incidência de organizações privadas na educação pública sucintamente apresentada, assiste-se à destruição da função pública no campo da educação, por meio da generalização de contratos temporários. Considera-se que o professor - assim como os demais agentes públicos - não pode ter uma passagem efêmera e transitória na escola, pois comprometeria o desenvolvimento do trabalho coletivo, o acompanhamento dos estudantes e o aperfeiçoamento de sua prática profissional.

A análise do Gráfico 3 indica o movimento assinalado pelos autores para o conjunto das

redes de ensino. Entretanto, duas situações se destacam: Santa Catarina, que chegou a lograr a marca de 81% de docentes não concursados em 2017 e Distrito Federal em 2018.

Gráfico 3 – Distribuição de docentes não concursados*, educação básica**, não efetivos – 2011 a 2018 (%)



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018.

* para fins de análise foram agrupadas três das quatro classificações coletadas pelo Censo Educacional, posto serem essas as realizadas em desacordo com o estabelecido na Constituição Federal. São elas: terceirizados, temporários e CLT. **exceto educação profissional e de jovens e adultos.

Entre os estados analisados, Minas Gerais e Piauí aumentaram os docentes contratados sem concurso público em 2015, aspecto indicativo da agudização das medidas pautadas na racionalidade econômica. No Pará, esse aumento se amplia a partir de 2016 e finaliza a série histórica com pouco mais da metade dos professores não concursados (54%). O Distrito Federal tem feito uso mais parcimonioso de contratações por tempo determinado em relação aos demais aqui selecionados. Ainda assim, salta de 24% em 2017 para 41% em 2018.

Considerações finais

Os dados coletados permitem afirmar que os governos amplificaram as formas de contratação temporária dos professores da educação básica. Essa tendência, verificada no conjunto das redes de ensino, revela o descaso da política em conservar um corpo estável de professores, desprestígio associado à adoção de recursos curriculares, físicos e digitais, propostos por empresas e organizações de base empresarial, para os quais o professor é parte do problema. Coincide com tal perspectiva o fato do currículo foi a dimensão da política educacional que mais sofreu a influência de atores privados

O estudo também indicou que a política educacional subnacional é mediada por atores de base empresarial, em sua maioria integrando o segmento da *venture philanthropy*/filantropocapitalistas. Frisa-se que é marginal a presença de segmentos da filantropia global e que os atores mais frequentes são brasileiros- Institutos Natura, IAS e Fundações Itaú-Social e Lemann, ainda que operem em conjunto com empresas transnacionais como a Microsoft ou a Pearson.

Há de se inquirir o quanto a privatização da política educacional avançará no contexto da pandemia e impulsionará os mecanismos dispensadores do professor na sala de aula. A evidência se apresenta na disseminação do ensino híbrido pelas empresas de tecnologia da informação e pelos “filantropocapitalistas” a elas associados, braço maleável da educação a distância que replica conteúdos via internet e outros meios digitais e diminui, consideravelmente, a necessidade de professores qualificados da educação.

Referências

BELFIELD, C. e LEVIN, H. M. **Education Privatization: Causes, Consequences, and Planning Implications**. Paris, UNESCO-IIPE, 2002.

BRASIL. MEC. INEP. **Censo educacional**, 2011 a 2018

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. **Lei 9.394**, 20 de dezembro de 1996.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social** : uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CECCON, Maria Lúcia. Atores e programas privados na educação básica paraense: intervenção e resultados. VENCO, S, BERTAGNA, R., GARCIA, T. (orgs.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: Incidência dos atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018). São Carlos: Pedro & João, 2021 p. 70-100.

DELGADO, M. G. (2007). **Curso de Direito do Trabalho** . São Paulo: LTR.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** , 2020. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=resultados>> Acesso em 14.abr.2021.

RODGERS, G, RODGERS, J. **Precarious jobs in labor market regulation: the growth of atypical employment in western Europe**. Brussels: International Labor Organisation, 1989.

SILVA , S., ALMEIDA, L, SOARES, M. “Privatização da gestão na rede estadual de ensino do Piauí: análise de programas e atores privados (2005-2018)”. In: VENCO, S, BERTAGNA, R., GARCIA, T. (orgs.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira** : Incidência dos atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018). São Carlos: Pedro & João, 2021, p.547-573.

SOUSA, F. B. “Educação básica no Distrito Federal: tendências à privatização (2005-2018)”. VENCO, S, BERTAGNA, R., GARCIA, T. (orgs.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira** : Incidência dos atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018). São Carlos: Pedro & João, 2021, p.260-288.

WHITFIELD, D. A Typology of Privatisation and Marketisation. ESSU Research Report N°.1, 2006.

[1] O texto é resultado de duas pesquisas financiadas pela FAPESP.

[2] Razão pela qual a educação domiciliar é entendida como uma forma de privatização.